



ARTIGOS

OS IMPACTOS DO COOPERATIVISMO DE PRODUÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS

Naiane Modri Fuzinatto¹, Fernanda Elvirita Cassol¹, Cristiane Batista¹, Rógis Juarez Bernardy¹,

1- Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Brasil

RESUMO

A economia brasileira possui taxas elevadas de participação do cooperativismo no agronegócio, principalmente em pequenos municípios, e este modelo contribui com a ampliação dos mercados consumidores e no fortalecimento da agricultura familiar. Assim, objetiva-se compreender quais os impactos gerados pelo cooperativismo produtivo para o desenvolvimento econômico local e regional a partir do comparativo entre dois pequenos municípios, um deles com e outro sem cooperativas de produção. Esta pesquisa se constitui em um estudo de caso de abordagem qualitativa e foi realizada nos municípios de Centenário/RS e Planalto Alegre/SC. Classifica-se como exploratória documental, com pesquisa em bases de dados, documentos, entrevistas e grupo focal. Os dados e informações foram analisados pela aplicação da Matriz de Condicionantes, Potencialidades e Deficiências – CPD. Os resultados da análise apontaram para um elevado grau de participação e importância do cooperativismo no desenvolvimento de pequenos municípios por meio da alavancagem econômica promovida pelo mesmo.

Palavras Chave: Desenvolvimento local e regional; cooperativismo; pequenos municípios.

THE IMPACT OF COOPERATIVISM ON THE DEVELOPMENT OF SMALL MUNICIPALITIES

ABSTRACT

This study is about regional development promoted by cooperative system from the comparison between two small towns that have family agriculture activities. This model of agribusiness has large participation in Brazilian economy, mainly in smaller municipalities, and the cooperativism helps expanding consumer markets and strengthening family producers. Based on this subject, this study aims to understand what are the impacts that cooperatives generate to local and regional economic development between two small municipalities, one with and one without cooperative business. This research is a case study with qualitative approach and was held in the municipalities of Centenário/RS and Planalto Alegre/SC. It is classified as exploratory, with searches in databases, interviews and focus group. The data were analysed by applying the array of Conditioning, Potentialities and Disabilities – CPD. The results showed a high degree of participation and importance of cooperatives in the development of small towns by economic leverage promoted.

Keywords: Local and regional development; cooperativism; small municipalities.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país composto predominantemente por municípios de pequeno porte e sua economia está baseada fortemente no setor do agronegócio, com expressivo número de estabelecimentos de agricultura familiar. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), estima-se que 70,5% do total de municípios brasileiros possuem uma população de até 20 mil habitantes e destes, 48,8% não possuem mais que 8 mil habitantes. Também conforme dados do IBGE (2012), cerca de 39% do território brasileiro está ocupado por atividades agropecuárias. Deste total, 24,3% da área ocupada são por estabelecimentos agropecuários e identificados como sendo de agricultura familiar. Estes fatos comprovam que a atividade no país está vinculada às pequenas propriedades, que por sua vez se mostram presentes em municípios de pequeno porte, inclusive nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A agricultura familiar tem contado cada vez mais com o apoio do cooperativismo para a ampliação de mercado comercial e elevação de renda. As famílias vinculadas a uma cooperativa de produção conquistam custos

reduzidos em insumos, defensivos e operações logísticas e ganham em escala produtiva e acesso ao mercado consumidor. O associativismo também promove um acesso facilitado ao conjunto de políticas públicas destinados ao desenvolvimento do agronegócio nas pequenas propriedades.

Desta forma, o sistema cooperativo pode influenciar no desenvolvimento regional, visto que eleva a movimentação econômica de pequenos municípios. Com base neste tema cabe a pergunta: quais os impactos gerados pelo cooperativismo produtivo no desenvolvimento econômico de pequenos municípios? Visando responder à pergunta de pesquisa definiu-se como objetivo geral compreender como a presença ou ausência do cooperativismo produtivo pode influenciar no desenvolvimento econômico local e regional entre dois pequenos municípios, onde um possui uma cooperativa de produção e outro não, portanto, aporta-se para uma pesquisa com escala comparativa.

Para o desenvolvimento do estudo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: levantar dados socioeconômicos dos dois municípios; estabelecer seus indicadores de desenvolvimento; identificar os diferenciais competitivos alavancados

pela presença ou não do sistema de cooperativismo, nos distintos setores econômicos municipais; determinar as contribuições socioeconômicas do cooperativismo de produção, bem como as deficiências. Para isso, foi aplicada a Matriz de Condicionantes, Potencialidades e Deficiências (CPD), que visa aportar para a compreensão do desenvolvimento da realidade municipal de pequenos municípios: um deles com a presença de cooperativa e outro sem. Como complemento à Matriz CPD se acrescentou uma nova coluna com as Medidas interventivas, que possui propostas para serem aplicadas nos respectivos municípios.

Além desta introdução, esta pesquisa é constituída de revisão bibliográfica, contendo os principais assuntos relacionados ao tema, tais como desenvolvimento regional em regiões de agronegócio, alternativas de desenvolvimento para pequenos municípios, o cooperativismo como indicador de desenvolvimento e a forma como as cooperativas de produção influenciam o desenvolvimento de pequenos municípios. Além disso apresenta-se o detalhamento dos procedimentos metodológicos, as discussões acerca das informações obtidas no decorrer do estudo e as considerações finais,

apontando possibilidades de estudos futuros.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AGRONEGÓCIO

O crescimento nos níveis produtivos de uma determinada região é compreendido como desenvolvimento econômico. No entanto, para que exista realmente o desenvolvimento é necessário que os incrementos econômico financeiros advindos do aumento na produção sejam capazes de gerar melhorias a toda a sociedade, tais como avanços em saúde, educação e renda. Para uma devida compreensão do desenvolvimento de uma região é necessário considerar o conceito de desenvolvimento regional (MADUREIRA, 2015).

Cooke e Leydesdorff (2004) afirmam que no domínio do desenvolvimento regional a ideia de região tem sido utilizada no sentido de governança das políticas públicas para auxiliar os processos de desenvolvimento econômico. De acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – IPADES (2017) os objetivos fundamentais do desenvolvimento regional são o combate às assimetrias regionais, o aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenos das regiões, a promoção do ordenamento territorial e a

garantia da participação da sociedade na resolução das questões regionais.

Albuquerque (1998) discorre que os setores econômicos que despontam, fruto da implementação de estratégias locais e do emprego eficiente dos recursos endógenos (próprios da região), tornam-se ativadores da economia e dinamizadores sociais, resultando em crescimento econômico e desenvolvimento social. Neste sentido, o agronegócio está entre os âmbitos que mais tem despertado interesse para promoção de desenvolvimento regional, devido às mudanças ocorridas no setor, que forçaram as organizações a se adequarem à uma nova realidade competitiva (GIANEZINI ET AL., 2013). Pelas inovações tecnológicas e investimentos efetuados, o agronegócio brasileiro se mostrou competitivo no mercado internacional, detendo 4% do comércio mundial de produtos agrícolas (SCOLARI, 2006). O agronegócio é considerado o maior empreendimento do Brasil, com vias de se tornar uma potência agrícola mundial (ZUCATTO; FERASSO; EVANGELISTA, 2008).

O desenvolvimento local do agronegócio se baseia em um sistema de cooperação e de interação, visando a criação de sistemas locais de inovação e eficiência coletiva (ZUCATTO ET AL., 2008). De acordo com a

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (2014), a produção agrícola caracteriza-se pelo equilíbrio e autonomia na produção de alimentos, na geração de emprego e renda, preservação dos recursos naturais e conservação do meio ambiente.

Os aglomerados industriais e arranjos produtivos locais (APL) voltados ao agronegócio, segundo Wittmann e Dotto (2008), são opções para dinamizar o crescimento do setor e consequentemente agilizar o desenvolvimento socioeconômico local e regional. Nesse contexto, o surgimento de programas de incentivo que visam estudar as potencialidades locais, identificando os problemas e as necessidades dos produtores rurais e das organizações envolvidas com o setor, criam ferramentas para o desenvolvimento da economia pelo desenvolvimento de todos os participantes na cadeia do agronegócio, gerando maior retorno econômico.

Neste contexto de desenvolvimento mais equitativo no território brasileiro, expressiva parte dos municípios está classificado como de pequeno porte, visto que cerca de 89% dos municípios brasileiros possuem população de até 50 mil habitantes. Este tipo de municipalidade apresenta determinadas particularidades

devido à interação existente entre o espaço rural e o urbano, com a existência de um expressivo vínculo entre eles, que se reflete em suas relações econômicas, sociais, culturais, ambientais e territoriais. A economia regional exerce forte influência sobre o processo produtivo nos pequenos municípios (MATÉ, MICHELETI & SANTIAGO, 2015), pela integração das principais matrizes econômicas de ambos os ambientes.

A busca pelo desenvolvimento de pequenos municípios se traduz em uma necessidade de enfrentamento dos desafios externos a partir da descoberta de suas potencialidades internas. O desenvolvimento exógeno (com o auxílio externo) incentiva a atração de capital e empresas externas, enquanto o endógeno considera que as economias locais podem crescer usando o potencial do próprio território (VÁZQUEZ BARQUERO, 2012). Tais ações estão relacionadas às iniciativas inovadoras e mobilizadoras, promovendo o aperfeiçoamento das potencialidades locais em resposta às condições apresentadas pelo contexto externo (LEONELLO, 2010).

Para Campanhola e Silva (2000) e Alves (2007), a atuação dos agentes locais impulsiona a criação e implementação de planos de desenvolvimento, que assumem

um papel potencializador, enquanto as organizações sociais se transformam em importantes instrumentos de mobilização (DENARDI, HENDERIKX, CASTILHOS & BIANCHINI, 2010). Além disso, a sociedade deve criar condições e estimular o investimento em ações de desenvolvimento, buscando melhorar os aspectos socioeconômicos, gerando capacidades técnicas que garantam adequadas condições para o desenvolvimento local (RAIHER, 2013).

Para isso, é fundamental a integração das variáveis cultural, ambiental, social, econômica, comunitária e de políticas públicas, projetando um planejamento equilibrado para que os benefícios sejam em âmbito coletivo, contribuindo para uma evolução no contexto social e para que os atores tenham condições equivalentes de participação (CAMPANHOLA & SILVA, 2000). Diante disso, Leonello (2010) cita o cooperativismo como forma de promover o progresso local por meio da troca de experiências e informações, criando condições de desenvolvimento em locais onde as oportunidades são mais escassas ou fortemente influenciadas por fatores externos (exógenos). Tais elementos podem ser observados com frequência nos pequenos municípios, mais desprovidos de

ações de desenvolvimento mais sistemáticas no interior de seus territórios.

SISTEMA COOPERATIVO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO

O cooperativismo é visto como um modelo econômico e também como uma filosofia de vida, com condições de desenvolver uma região, de criar bem-estar social e de ser uma alternativa que pode levar ao sucesso, com equilíbrio e equidade (VRONSKI; OLIMPIO, 2016).

O sistema cooperativista possui um órgão representativo máximo, fundado em 1895, o International Cooperative Alliance – ICA, composto por cooperativas de diversos países. Suas principais atribuições são manter a identidade da cooperativa e competir no mercado, tendo como objetivo estratégico desenvolver fortes empresas cooperativas para o progresso local (BEGNIS, AREND & ESTIVALETE, 2014). O ICA estabelece sete princípios norteadores que, embora revisados, permanecem os mesmos desde 1844. São eles: “livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica de seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre cooperativas; compromisso com a comunidade” (ICA, 2017).

No cenário brasileiro o cooperativismo abrange diferentes ramos, como consumo, crédito, educacional, habitacional, produção, trabalho, infraestrutura, logística, entre outros (FORNECK & LUBENOW, 2017). De acordo com dados da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB (2017), o sistema cooperativista emprega 360 mil pessoas e o mesmo é responsável por 11% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, sendo que 48% da produção agropecuária está vinculada ao sistema cooperativo. Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (2015) indicam que existem mais de 6.500 em operação no país.

No período entre 2005 e 2015, a participação de cooperativas no volume de exportação do Brasil cresceu 2,6 vezes. Já no período compreendido entre janeiro e setembro de 2015, esse crescimento foi de 1,35% em relação ao ano anterior, segundo dados da OCB (2017), indicando que a velocidade de ampliação participativa foi mais acelerada nos últimos anos. Para Gómez Aparicio (2000) a sociedade cooperativa deve redistribuir os fatores de produção, sejam eles capital ou trabalho.

Um dos exemplos de sistema cooperativo brasileiro está no estado de Santa Catarina, que conta com 265 cooperativas e gerou R\$

31 bilhões em faturamento no ano de 2016 (FORNECK & LUBENOW, 2017). Os líderes do cooperativismo em Santa Catarina defendem que o sistema se expandiu proporcionando desenvolvimento local e regional e modernização da agricultura, e possibilitou a inserção de pessoas de diferentes níveis sociais à cadeia produtiva. Atualmente o sistema é responsável pela viabilização de pequenos empreendimentos rurais e urbanos, e destaca-se como um instrumento de desenvolvimento local e regional devido aos resultados gerados, que permanecem dentro do município em que está instalada a cooperativa (FORNECK & LUBENOW, 2017), portanto, é um importante vetor de desenvolvimento local e de diminuição de assimetrias regionais.

Martinez e Pires (2002) pontuam que as cooperativas de produção se destacam como um fator de organização econômica e gerador de riqueza para o agronegócio, sendo relevante instrumento competitivo e de organização dos produtores, contribuem para a geração de emprego e renda e impulsionam a agricultura familiar. Os efeitos de desenvolvimento mais evidentes referentes à instalação de uma cooperativa de produção são a redução da imigração, pela falta de oportunidade de trabalho e renda, a diversificação das atividades rurais e a possibilidade de exportação de produtos

in natura ou processados para diferentes mercados. Os autores ainda asseguram que o cooperativismo é uma ferramenta de desenvolvimento local dinâmica, pois permite o revigoramento econômico e social onde estão presentes.

COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: APORTE AO DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Para Reis, Simões, Greatti e Pizzi (2006), o desenvolvimento econômico é uma forma de contribuir para a ascensão das potencialidades e capacidades locais. Uma alternativa à geração do desenvolvimento local é o cooperativismo, pois se trata de uma estratégia que gera envolvimento, participação e comprometimento dos atores relacionados.

A importância do cooperativismo está no fato de se tratar de uma organização capaz de mudar hábitos e comportamentos, agir com outra racionalidade e condicionar novas posturas entre os seus participantes (GIANEZINI, M., GIANEZINI, Q., SCARTON & RODRIGUES, 2009). O sistema cooperativista faz com que os cidadãos evoluam social, econômica e culturalmente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática. Esses efeitos tornam-se mais perceptíveis em pequenos municípios devido

à área de influência (BUBANS; MANTEI; BAVARESCO; STEFAN; ROSSA, 2013).

Segundo Rodriguez (2017), uma cooperativa precisa atender a três pontos relevantes: ser necessária, ter viabilidade econômica e possuir liderança que exponha os princípios associativistas para que possa obter sucesso e promover o desenvolvimento da região onde estiver inserida. Atualmente, este tipo de organização vem contribuindo significativamente na geração de novas oportunidades de trabalho, construção de uma nova organização social, melhor distribuição de renda e promoção do desenvolvimento local e regional (BÜTTENBENDER, RUZZARIN, SPARENBERGER & ZANBERLAN, 2010).

O principal fator do desenvolvimento local desencadeado pelo cooperativismo se dá por meio da atuação dos seus associados que, mediante o trabalho cooperativo, passam a descobrir seu potencial e desenvolver valores e atitudes que contribuem para a melhoria de sua qualidade de vida e para a integração institucional, local e regional (CHAVES, 2010). Dessa forma, o cooperativismo torna-se um dos meios para satisfazer às necessidades e interesses locais, buscando diminuir a dependência externa, potencializando os recursos locais e atuando

de forma economicamente competitiva, além de servir como catalisador de iniciativas empreendedoras (ENDLICH, 2007).

A partir disso, surgem alternativas para impulsionar o desenvolvimento local e regional e ampliar as possibilidades econômicas em pequenos municípios. Dentre estas iniciativas estão a valorização dos recursos endógenos voltados à diversificação produtiva e a promoção de novas empresas locais, o surgimento de novas fontes de trabalho, renda e investimentos, o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico local e regional e a incorporação das potencialidades como forma de promover a competitividade comercial e produtiva (BUBANS et. al., 2013). Para Endlich (2007), trilhando este caminho, o pequeno município terá maiores e mais diversificadas oportunidades de inserção econômica, de desenvolvimento social e de crescimento econômico duradouros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Centenário, situado no Norte do Rio Grande do Sul e Planalto Alegre, situado na região Oeste de Santa Catarina e

se constitui em um estudo de caso comparativo de abordagem qualitativa, ambos são similares no contexto de suas ocupações históricas, fundiárias, socioeconômicas e demográficas. Classifica-se como pesquisa exploratória, do tipo documental, na qual são utilizadas fontes de dados primários e secundários. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória procura aprimorar ideias, tornando o problema mais explícito, e costuma envolver entrevistas e análise de exemplos. Já a pesquisa documental corresponde às informações coletadas de maneira oral, escrita ou visualizada (FACHIN, 2006). A coleta de dados primários ocorreu por meio documental e entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais e de uma cooperativa em Planalto Alegre/SC e em Centenário/RS. Também foi aplicado um grupo focal com os gestores municipais dada a complexidade de obtenção de informações secundárias.

A análise dos dados obtidos ocorreu por meio da aplicação da Matriz de Condicionantes, Potencialidades e Deficiências – CPD. Esta metodologia foi desenvolvida em Eschborn na Alemanha pela German Organisation for Technical Cooperation –GTZ (1988), onde é operacionalizada em alemão por Zielorientierte Projektplanung – ZOPP, que é

o planejamento de projetos orientados a objetivos. Foi trazida ao Brasil para aplicação em projetos de planejamento urbano, em Santa Catarina, pelo Gabinete de Estado e Planejamento – Gaplan em 1983 (SIEBERT, 1998) e consiste na classificação dos elementos municipais levantados de forma compreensível e de fácil visualização, em três categorias: Condicionantes – elementos existentes ou projetados que devem ser mantidos ou que são de difícil modificação, podendo ser de caráter espacial, funcional, infraestrutural, ambiental, socioeconômico, administrativo ou legal; Potencialidades – elementos que podem ser aproveitados para melhoria da qualidade de vida do município, sendo incorporados positivamente no planejamento; Deficiências – elementos que consistem em problemas e carecem de soluções, sendo com suas melhorias ou eliminações (BLUMENAU, 2008; SIEBERT, 1998).

A Matriz CPD é pouco utilizada para estudos no âmbito rural e, neste trabalho, além das categorias da Matriz foi incluída pelos autores, a categoria de Medidas Interventivas, que possibilita a indicação de ações para possível solução para as deficiências levantadas anteriormente. Os resultados da análise apontaram para uma alta importância do cooperativismo no

desenvolvimento de pequenos municípios, a partir de diversas formas de aprimoramento econômico dos produtores rurais familiares.

DISCUSSÕES E RESULTADOS DA PESQUISA

RESULTADOS APLICADOS AO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO/RS

A economia municipal baseia-se na produção de soja, milho, trigo, erva mate, feijão e fumo e na suinocultura e criação de gado. A emancipação ocorreu em 1992 com uma área territorial de 134,449 km² de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017).

O município possui uma população de 2.965 habitantes e a estimativa para 2.030 é de 3.155 habitantes. A população economicamente ativa é de 1.796 pessoas, de acordo com o IBGE (2010) e com relação aos dados econômicos tem uma renda média per capita de R\$ 651,77. A distribuição de renda, de acordo com o índice de Gini, que mede a desigualdade social brasileira, foi de 0,46 em 2014 e está dentro da média nacional. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,701, considerado alto de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Global – IDH (ATLAS BRASIL, 2017).

O município possui 702 unidades de estabelecimentos agropecuários distribuídos em uma área de 12.269 hectares, com uma produção de 24.379 toneladas de grãos (milho, soja e trigo), 5.185 mil litros de leite e 14.976 mil animais de abate, entre bovinos, suínos e aves de corte (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). O movimento econômico do município está amplamente vinculado ao agronegócio, pois este representa quase a totalidade da produção gerada (PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO, 2017).

Como é possível analisar pelo exposto na Matriz CPD, o município de Centenário/RS apresenta uma economia preponderantemente concentrada no setor do agronegócio, que está caracterizado principalmente por “pequenas propriedades rurais, que utilizam mão de obra familiar, onde o processo produtivo, em geral, é artesanal, e a escala de produção é pequena” (POTRICH; GRZYBOVSKI; TOEBE, 2017, p. 02). Embora a economia brasileira tenha enfrentado um período de forte recessão, com queda acumulada de 7,2% no biênio 2015-2016 em seu PIB (IBGE, 2017), o município apresentou um crescimento no valor de suas produções agrícola e pecuária. Este fato suporta a ideia de que o município possui um elevado potencial para implantação do sistema cooperativista de

produção, que ainda não foi criado de forma endógena.

O condicionante pesquisado que se constitui no maior entrave para o desenvolvimento é o acesso rodoviário pela rodovia estadual RS-477, que encontra estrutura básica pronta para a pavimentação asfáltica, mas até o momento, segue apenas com acesso por estrada sem pavimentação. De acordo com os gestores municipais¹, no quesito infraestrutura, este trecho que dificulta e por vezes impossibilita o acesso de caminhões, já impediu o município de receber a instalação de empresas interessadas, fato este que promove perda de arrecadação e impedimento do crescimento econômico e geração de novas rendas.

Além destes fatores que afetam a instalação de uma cooperativa, existe um contexto histórico que acarretou em desconfiança por parte dos produtores do município, segundo os gestores entrevistados. A região norte do estado do Rio Grande do Sul sofreu com elevadas perdas financeiras devido à má administração de uma grande cooperativa tradicional da região na década de 1980. A falência desta cooperativa provocou prejuízos financeiros para os produtores associados, gerando inclusive a desistência

de investimentos na atividade pecuária, antes muito praticada no município.

De acordo com os gestores da Secretaria da Agricultura de Centenário/RS (2017), a presença de uma cooperativa de produção poderia alavancar a economia, proporcionando diversos benefícios ao setor agropecuário e conseqüentemente aos demais setores urbanos, promovendo o desenvolvimento local e regional. A análise dos dados obtidos pelas entrevistas realizadas com os gestores do município de Centenário/RS está inseridos na Matriz CPD, com o acréscimo das medidas interventivas, apresentada no Quadro 1

Quadro 1 – Matriz CPD de Centenário/RS

Dimensão	Subdimensão	Condicionantes	Potencialidades	Deficiências	Medidas interventivas
Desenvolvimento	Territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso rodoviário ao município é deficitário; • Histórico negativo da participação em cooperativas da região; • Baixa oferta de emprego, renda; • Estrutura de saúde, escolaridade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura básica para pavimentação do trecho da rodovia RS-477 totalmente efetuada, faltando apenas aplicação asfáltica; • Atendimento básico de saúde municipal e convênio com hospitais da região; • Parcerias poder público – ensino superior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Captação de recursos para a pavimentação da rodovia; • Redução de verbas do governo federal e estadual junto aos municípios; • Receio histórico dos produtores rurais com o cooperativismo produtivo, devido às cooperativas anteriores terem deixado um legado negativo na região; • População migratória devido à falta de perspectiva de emprego e renda; • Falta de organização cooperativa e associativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a pavimentação do trecho da RS-477, que liga a sede de Centenário/RS, (acesso asfáltico), numa extensão de 8 quilômetros; • Fomentar a geração de renda e emprego. • Organização social para a inserção de setor produtivo de cooperativa de produção.
	Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de cultura industrial; • Acesso rodoviário ao município não favorável ao trânsito de cargas de manufaturados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra instalada no município; • Produção primária com potencialidade de desenvolvimento tecnológico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de indústrias no município; • Mão de obra exportada para municípios vizinhos; • Baixo nível de empreendedorismo; • Falta de políticas de incentivos fiscais para instalação de indústrias no ramo metal mecânico, alimentício, têxtil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o aumento de empregos no município; • Estruturar uma filial de frigorífico ou abatedouros microrregionais; • Promover e incentivar o desenvolvimento de agroindústrias familiares; • Desenvolver um Plano municipal de incentivo fiscal para novos empreendimentos.
	Comercial	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso rodoviário ao município; • Resistência a cultura de diversificação de tipos de comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pequenos comércios com oferta de produtos; • Prefeitura destina orçamento para recolhimento e descarte de embalagens de agrotóxicos do comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a produtos variados; • Dificuldade de abastecimento por parte de atacados; • Inexistência de logística reversa das embalagens de agrotóxicos pelos fornecedores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar parceria público/privada para o recolhimento de embalagens de agrotóxicos; • Promover projetos e ações que reduzam a poluição ambiental municipal.
Desenvolvimento		<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de empreendedorismo local. 		<ul style="list-style-type: none"> • Sistema logístico deficitário; • Falta de capacitação do comércio local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a comercialização dos produtos locais e da região no município; • Fomento ao Microcrédito; • Desenvolver programas de apoio à

					gestão das pequenas empresas; • Propor capacitação para pequenas empresas despertando as oportunidades e fortalecendo o interesse empreendedor; • Realização de campanhas de valorização dos produtos e comércio local.
	Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso rodoviário ao município; • Inexistência de serviços especializados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de profissionais capacitados na área de saúde básica; • Cooperativa de distribuição de energia elétrica, telefone e internet; • Acesso a outros municípios custeados pela prefeitura para educação e saúde; • Ensino fundamental e médio de qualidade; • Existência Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; • Participação em Consórcios Intermunicipais AMAU; • Compra coletiva de medicamentos; • Transporte estudantil subsidiado pela prefeitura; • Transporte de pacientes para outros municípios parcialmente custeado pela prefeitura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços especializados na área da saúde; • Jovens adquirem conhecimento técnico e o aplicam fora do município; • Ausência de ligação à rede de esgoto; • Ausência de cartório; • Ausência de ensino superior e cursos técnicos e profissionalizantes; • Inviabilidade da construção de um hospital no município devido ao tamanho da população e da falta de recursos financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar os jovens na busca de alternativas de renda para manter-se no ambiente rural; • Solicitar a abertura de processo licitatório para um cartório; • Implantar um curso técnico para a população rural com foco no desenvolvimento da propriedade, para controle do êxodo rural; • Elaborar um Programa de incentivos a construção de fossas sépticas de acordo com as normas técnicas vigentes.

Desenvolvimento	Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso rodoviário ao município; • Inexistência de empresas cooperativistas de processamento; • Restrição ao crédito; • Resistência à entrada de sistema cooperativo de produção; • Pequenas propriedades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção para subsistência; • Maior parte da população do município se encontra na área rural; • Localização do município no centro de uma região produtiva; • Agricultura voltada à produção de soja, milho e trigo; • Promoção de feira da agricultura familiar; • Evolução média do valor Econômico Adicionado no último três anos; • Potencial hídrico para as cadeias de carnes (avícola e suinocultura); • Aumento da demanda por produtos agroecológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca diversificação na produção; • Inexistência de exploração de fontes alternativas de renda (Turismo Rural); • Ausência de cooperativas para comercialização de produtos; • Manutenção da principal via de acesso ao município, bem como a sinalização; • Desistência da pecuária de corte para comercialização; • Carência de retorno dos conhecimentos tecnológicos para aplicação na propriedade; • Assistência técnica enfraquecida tanto na produção como na gestão de negócios; • Ausência de concorrentes do comércio cerealista. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os produtores com foco na diversificação da propriedade; • Fomentar o cultivo de produtos diversificados; • Incentivar a implantação de agroindústrias; • Criar uma associação municipal de agricultores; • Promover constante trabalho de incentivo a permanência dos jovens no campo; • Incentivar e propor parceria aos acadêmicos nos projetos de conclusão de curso, mestrado, doutorado, das instituições de ensino regionais, para atender às demandas locais (pesquisa aplicada); • Estimular o cooperativismo, associativismo e colaboração mútua entre pessoas, tanto na área rural como urbana; • Aproveitar as condições diversificadas do microclima em prol da agricultura familiar diversificada e baseada na biodiversidade existente para a produção de produtos de alto valor agregado; • Incentivar a criação de desenvolvimento de atividades do turismo local.
-----------------	-------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2017).

RESULTADOS APLICADOS AO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC

Os primeiros habitantes residiram na região nos anos de 1920, originários do estado do Rio Grande do Sul, em sua maioria de descendência italiana, possuíam sua cultura baseada na produção agrícola do milho, feijão e o trigo, principal meio de subsistência. Além destas atividades, a extração de madeira também foi responsável pelo desenvolvimento local, pois a logística hidroviária pelo rio Uruguai facilitava o transporte da madeira. A emancipação de Planalto Alegre/SC ocorreu em 1991, com uma área territorial de 62,461km² (IBGE, 2017).

O município possui uma população de 2.654 habitantes e a estimativa para 2030 é de 3.262 habitantes. A população economicamente ativa é de 1.533 pessoas, de acordo com o IBGE (2010). Com relação aos dados econômicos tem uma renda média per capita de R\$ 754,11 e a distribuição de renda no município pelo índice de Gini é de 0,42 e está dentro da média nacional de 0,490, em 2014. O IDHM é de 0,751, considerado alto (ATLAS BRASIL, 2017).

A Economia de Planalto Alegre/SC é baseada na produção agropecuária, sendo os principais produtos: fumo e milho, frango, suínos, leite e ovos (PREFEITURA MUNICIPAL

DE PLANALTO ALEGRE, 2017). O município possui 417 unidades de estabelecimentos agropecuários distribuídos em uma área de 5.917 hectares, com uma produção de 4.442 toneladas de grãos (milho, soja e trigo), 4.246 mil litros de leite e 61.340 mil animais para abate, entre bovinos, suínos e aves de corte, conforme dados do Censo Agropecuário (2006).

Participação do cooperativismo em Planalto Alegre/SC

No município estão instaladas três cooperativas de produção: Cooperativa agropecuária, de recepção de grãos e venda de insumos que atua desde 1969; Cooperativa Agrícola Familiar, que trabalha com grãos e sementes (produção e venda no atacado) e inseticidas, que atua desde 2003; Cooperativa Agroindustrial, que atua na fabricação de adubos e fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos para uso agrícola e doméstico, instalada desde 2014.

O valor adicionado agropecuário no município movimentado pelas cooperativas no ano de 2016 foi de 46,46% (Prefeitura Municipal de Planalto Alegre, 2017), e a movimentação econômica gerada pelas cooperativas foi de 40,18% em 2014 e de 35,55% em 2015, constituindo elevada

participação na economia local, segundo dados da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC (2017).

A instalação da maior cooperativa do município, segundo seu presidente, ocorreu devido à necessidade apresentada pelos produtores rurais, pois antes dessa instalação os agricultores não tinham para quem vender seus produtos, principalmente grãos e suínos, e não existia o sistema de integração para a produção e comercialização de aves e leite, além de haver muita exploração de preços. O presidente também afirma que os produtores evoluíram muito técnica e economicamente ao serem sócios da cooperativa, pois passaram a receber orientação e aumentar a produtividade. Atualmente a mesma conta com 326 sócios no município (R.B., 2017).

A emancipação se deu após 22 anos da instalação da primeira cooperativa, e foi possibilitada pela contribuição tributária gerada pela mesma. O prefeito do município sempre incentivou o sistema cooperativista, pois julgava promover evolução e prosperidade. Atualmente este ex-prefeito é o presidente de uma grande cooperativa de nível regional (R.B., 2017). No ano de 2016, de acordo com dados internos, a cooperativa recebeu de seus associados

83.513 sacas de milho, soja, feijão e trigo, 2.384 milhões de litros de leite, 24.000 mil cabeças de suínos, 3.467 milhões de aves e 2.532 mil sacas de sementes tratadas. Também repassou 1.262 toneladas de insumos (defensivo, fertilizante, calcário) aos produtores.

O entrevistado afirma que uma das vantagens que o produtor tem em fazer parte de uma cooperativa está na distribuição da cota capital, que a cada ano é remunerada pelos lucros gerados, de acordo com a participação de cada associado. Além disso, a cooperativa oferece treinamentos para os sócios, principalmente em gestão financeira, promove dias de campo, repassa informações agropecuárias pelos canais de rádio e de televisão locais. Todos estes elementos favorecem a educação técnica dos produtores, promovendo o gerenciamento de suas propriedades como um pequeno empreendimento. Os produtores associados também recebem assistência técnica especializada por agrônomos e técnicos agrícolas que acompanham todas as fases da produção e levam tecnologia a seus associados.

O Quadro 2 apresenta a distribuição dos dados obtidos pelas entrevistas realizadas com os gestores do município de Planalto

Alegre/SC, na Matriz CPD. A partir da análise desta matriz é possível observar que a atividade econômica predominante é a agropecuária, constituída por pequenos e médios produtores. A população local demonstra possuir uma forte cultura cooperativista com elevada adesão dos produtores às três cooperativas existentes, o que favorece a diversificação de produtos da agricultura familiar. De acordo com Ellis, (1999) a diversificação dos meios na propriedade rural é definida como o processo pelo qual as famílias constroem um portfólio diversificado de atividades e capacidades de suporte social para a sobrevivência e para melhorar seu padrão de vida.

Um ponto relevante para o desenvolvimento do município é sua localização junto à rodovia SC-283, que auxilia na da economia local – uma artéria de desenvolvimento regional. O trecho da rodovia próximo a Planalto Alegre era considerado um corredor de turismo de águas termais em municípios próximos, hoje em declínio. Em função disso levantou-se uma potencialidade a ser aproveitada no município: exploração do turismo rural. As transformações socioeconômicas provocadas pela atividade turística no meio rural agregam renda e colabora com a permanência das famílias no campo,

diversificando as atividades, acarretando em desenvolvimento e inclusão social (OECD, 1994).

Outro aspecto importante é a procura por empreendedores para instalação de indústrias e estabelecimentos comerciais no município, o que permite a geração de emprego e aprimora a complexidade da economia, justamente por estar localizada em um corredor regional, que tem como cidade polo o município de Chapecó/SC. O empreendedorismo recebe variados incentivos por parte do poder público municipal, uma vez que a população residente não apresenta cultura empreendedora.

Uma potencialidade importante é o esforço do próprio município em conjunto com uma das cooperativas para que os jovens permaneçam no meio rural. Para este fim, são oferecidos cursos de capacitação para estes jovens e seus familiares, para que, dotados de conhecimentos de gestão, possam gerenciar suas propriedades, tornando seu próprio negócio lucrativo e ampliando o potencial produtivo. Além disso a cooperativa coloca à disposição do agricultor um corpo técnico especializado que ofertam serviços adequados à necessidade particular de cada propriedade.

O poder público municipal, pela sua Secretaria de Agricultura, afirma que foram grandes os progressos técnicos e financeiros dos agricultores após a instalação da primeira cooperativa no município, além da economia municipal ter sido alavancada de forma sistemática, inclusive as atividades urbanas. A análise dos dados obtidos pelas entrevistas realizadas com os gestores do município está inseridos na Matriz CPD, apresentada no Quadro 2.

Pode-se constatar que as cooperativas de produção conduzem a um aumento na movimentação econômica de todos os setores dos municípios, não somente no agronegócio. De acordo com dados do IBGE (2017), Planalto Alegre/SC possui valores para o PIB municipal mais elevado que Centenário/RS nos setores Industrial e de Serviços. Este fato acarreta em um arrecadamento em valores líquidos de impostos mais significativo. O único índice no qual Centenário/RS se destaca é o valor adicionado da agropecuária, devido à área produtiva e a quantidade de produtos agrários serem superiores às de Planalto Alegre/SC (IBGE, 2006). Além disso, de acordo com relatório da Secretaria da Fazenda do município, o valor final de produção também é superior. Desta forma, observa-se que o cooperativismo aporta contribuições importantes, por meio da

produção e geração do valor adicionado, além de impulsionar a viabilização e consolidação das políticas públicas indutoras do desenvolvimento econômico. No entanto, a presença cooperativista não impactou de maneira relevante no PIB geral do município, indicando que os benefícios podem não ser facilmente identificáveis por meio de mensurações econômicas gerais.

O setor industrial é o que mais apresenta diferença, impactando claramente na arrecadação de impostos. Esta elevação no volume movimentado pode indicar um impacto gerado pela cultura do cooperativismo presente em Planalto Alegre/SC. O município encontra-se fora dos principais eixos econômicos do estado de Santa Catarina, o que significa que sua localização não é fator determinante para seu crescimento (está em um eixo de desenvolvimento microrregional). Considerando que o setor industrial é o que mais promove o desenvolvimento regional dado seu alto poder de agregação de valor aos produtos, a tendência é que Planalto Alegre/SC continue melhorando seus níveis de desenvolvimento.

Quadro 2 – Matriz CPD de Planalto Alegre/SC

Dimensão	Subdimensão	Condicionantes	Potencialidades	Deficiências	Medidas interventivas
Desenvolvimento	Territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico positivo na participação em Cooperativas; • Oferta de emprego e renda; • Forte incentivo à instalação de novas empresas; • Localização do município fora dos eixos econômicos do Estado; • Desenvolvimento do município resultado da visão de Prefeito e atualmente presidente da Matriz de uma das Cooperativas e morador do município; • Recursos hídricos abundantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse de empreendedores de outros municípios em instalar empresas no município; • Revitalização da SC 283, por ação do Governo Estadual; • Plano de pavimentação e conservação das estradas do meio rural do município; • Disponibilização de ajuda de custo de hora/máquina para auxiliar nas pequenas propriedades; • Coleta reversa realizada pela primeira Cooperativa instalada; • Conscientização da população rural para que façam a utilização das fontes de água natural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de orçamento Estadual ou Federal para pavimentação da estrada do meio rural; • Falta de coleta seletiva de resíduos sistemática no interior do município - a Prefeitura coleta a cada quatro meses; • Redução das verbas orçamentárias por parte do governo federal e estadual; • Falta de áreas de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um Plano para coleta seletiva de resíduos no ambiente rural com espaçamento de tempo menor; • Averiguar formas de manutenção da oferta de emprego.
Desenvolvimento	Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa cultura da população local de instalação Industrial; • Incentivo para atração de novas Indústrias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento da mão de obra local dentro do município; • Instalação de Indústrias de vestuário e distribuidora de alimentos, vindas de outros municípios; • Incentivo por parte da Prefeitura em receber novos empreendimentos que gerem valor econômico para o município e empregabilidade, pela concessão do terreno e direito a compra após três anos de uso; • Realização da avaliação das propostas de novos empreendimentos pela Comissão da Prefeitura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Área industrial pequena; • Falta de área para parque tecnológico; • Falta de mão de obra especializada para setores estratégicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e ampliar área industrial no município para atender demanda existente; • Incentivar as pequenas agroindústrias locais.

Desenvolvimento	Comércio	<ul style="list-style-type: none"> • Localização do município fora dos eixos econômicos do Estado; • Existência de três cooperativas; • Cultura local conservadora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação da cooperativa impacta tanto na área rural quanto na área urbana, pois possibilita geração de emprego e renda para município; • Mercado da cooperativa atende na mesma proporção que mercados de municípios maiores; • Instalação de duas cooperativas menores, mas que movimentam economia rural e urbana; • Comércio emprega bem seus munícipes; • Associação comercial é ativa para estimular comércio local; • Forte parceria entre associação comercial e poder Público municipal para estimular economia, por meio de campanhas de incentivo ao comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Despreparo do comércio local: falta de modernização, baixa qualificação no atendimento e pouca variedade nos produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um programa de capacitação para a melhoria do atendimento no comércio; • Desenvolver Projetos de incentivo ao empreendedorismo; • Promover o incentivo a diversificação de produtos e a inovação do comércio.
Desenvolvimento	Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso rodoviário no município; • Inexistência de serviços especializados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento na área da saúde básica; • Município conta com Centro de Referência em Assistência Social – CRAS; • Oferta de medicamentos na Unidade Básica de Saúde; • Compra de alimentos para escolas de empresa instalada no município; • Oferta de educação infantil ao ensino médio de qualidade; • Transporte subsidiado aos estudantes para realização de curso técnico e/ou graduação; • Convênio entre Planalto Alegre e Caxambu do Sul, com repasse de 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de ensino superior e cursos profissionalizantes; • Inviabilidade da construção de um hospital no município devido ao tamanho da população e da falta de recursos financeiros; • Inexistência de empresa externa de abastecimento de água potável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma licitação de empresas para abastecimento de água potável; • Implantar cursos técnico profissionalizantes para a população rural e urbana.

			verbas para atendimento em hospital de Caxambu do Sul; <ul style="list-style-type: none"> • Transporte de pacientes a outros municípios para realização de exames; • Existência de serviço técnico na área agropecuária, realizada por técnico e agrônomo da cooperativa; • Abastecimento de água potável gerenciado pela Prefeitura municipal. 		
Desenvolvimento	Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> • Forte cultura receptiva ao Cooperativismo; • Propriedades rurais de pequeno e médio porte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte economia rural, principalmente leite e milho; • Cooperativa tem grande potencial e movimenta economia local e aporta com grande crescimento econômico para o município; • Existência de cooperativa de agricultores local onde acontece comercialização de produtos coloniais; • Existência de fomento ao microcrédito; • Cooperativa de fertilizantes para pequenos produtores; • Curso de formação rural para jovens promovido pela cooperativa; • Preservação das bacias hidrográficas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evasão de jovens das propriedades rurais que saem do campo para estudar e quando retornam vendem a propriedade; • Ausência de concorrência comercial na área agropecuária; • Pouca diversidade de produtos rurais; • Inexistência de atividades turísticas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver Programa de capacitação para agricultores gerenciarem a propriedade; • Incentivar a permanência dos jovens na área rural; • Incentivar a adesão a cooperativa de comercialização de produtos agrícolas familiar; • Incentivar criação de Programa de turismo rural; • Promover parceria com Universidades, promovendo estudos dos acadêmicos que promovem melhorias para as propriedades rurais; • Incentivar a diversificação da produção rural; • Estimular a participação dos agricultores e consumidores nas cooperativas locais.

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise em comparativo dos dados obtidos em ambos municípios, Centenário/RS e Planalto Alegre/SC, por meio da aplicação da Matriz CPD, conduz à verificação da relevância de uma cooperativa de produção no desenvolvimento de pequenos municípios, cuja economia esteja centrada no agronegócio. Os dois municípios pesquisados apresentam semelhante configuração econômica e social, com suas atividades rurais desenvolvidas principalmente pela agricultura familiar.

Um dos pontos divergentes mais importantes analisados é o acesso aos municípios. Centenário/RS possui acesso sem pavimentação em más condições de manutenção, o que dificulta o desenvolvimento de todos os setores devido à dificuldade de escoamento da produção, de instalação de novas empresas e crescimento econômico. Por sua vez, Planalto Alegre/SC possui o acesso principal pavimentado e em boas condições de trafegabilidade. Estes fatores contribuem para a instalação de novos empreendimentos pela facilidade logística e redes de ligação regional. Desta forma, a deficiência mais acentuada no município de Centenário/RS é a falta de pavimentação na rodovia RS-477, que tem obstruído o

desenvolvimento municipal. No entanto, a demanda de solução desta deficiência precisa ser atendida pelo Poder Público estadual, com vistas a melhoria da qualidade de vida dos municípios.

Pela análise detalhada da participação do sistema cooperativista presente no município de Planalto Alegre/SC, percebe-se que os ganhos econômico financeiros acompanham os ganhos sociais de toda a população. A presença de uma cooperativa proporciona alternativas que auxiliam na redução dos índices de êxodo rural. Em pequenos municípios é comum que ocorra o êxodo devido à falta de ofertas variadas de emprego e renda, principalmente pela população jovem mais instruída. Uma das atividades realizadas pelas cooperativas é direcionada para reduzir a migração campo-cidade, com o incentivo à criação de agroindústrias nas propriedades a fim de diversificar os meios de trabalho e renda.

Parte das cooperativas existentes no município de Planalto Alegre/SC, principalmente as de grande porte, promovem a capacitação da mão de obra nas propriedades por meio de corpo técnico próprio ou contratado para orientar as atividades de gestão, proporcionando ao agricultor maior conhecimento para administrar seu negócio. Além disso existem

atividades de promoção e conscientização para o uso adequado dos recursos naturais, como melhor manejo do solo pela rotação de culturas e de preservação das bacias hidrográficas. Ações de ensino de melhores práticas na utilização dos meios de produção também são efetuadas, gerando aumento no volume produtivo.

No âmbito econômico financeiro, as cooperativas de produção fortalecem a agricultura familiar por meio de acesso facilitado ao microcrédito pelo financiamento fornecido pela própria cooperativa. O agricultor pode tomar dinheiro em adiantamento para compra de insumos e maquinário, e pagar com a entrega da produção. Ainda, as cooperativas agregam valor financeiro ao produtor em função da venda em escala, fortalecendo o grau de competitividade da economia municipal. A presença de cooperativas de produção fortalece significativamente a pecuária, visto que garante a compra dos animais pelo sistema de integração, no qual a cooperativa fornece os insumos necessários e posteriormente efetiva a compra da produção de carne de corte, para processamento.

Pela forte influência da cultura cooperativista no município de Planalto Alegre/SC houver benefício no modo de

gestão e produção das propriedades rurais e provocou um impacto direto nos moradores da área urbana, porque além de levar novas tecnologias e conhecimentos aos agricultores, gerou empregos e oportunidades antes não existentes. Assim, os resultados deste estudo confirmam que o sistema cooperativista acarreta diversos impactos positivos no desenvolvimento de pequenos municípios, gerando benefícios à localidade e conseqüentemente à sua população.

O desenvolvimento desta pesquisa proporcionou a validação do método CPD possibilitando à visualização sistemática, de forma horizontal e vertical, dos elementos determinantes do desenvolvimento dos municípios, sendo que pode ser convertida em política de governo, conseqüentemente em políticas públicas. Por sua aplicabilidade acrescentou-se a categoria 'Medidas Interventivas' na matriz original para a geração de ações que solucionem as deficiências identificadas.

Para uma melhor compreensão do modo como uma cooperativa influencia o desenvolvimento de pequenos municípios, sugere-se que, em pesquisas futuras, sejam incluídos os agentes de desenvolvimento - produtores rurais e demais envolvidos no cooperativismo, a fim de captar suas

percepções e perspectivas de crescimento, tendo em vista a representatividade que o sistema exerce no efetivo desenvolvimento dos municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**. EMBRAPA. Ano 19, n. 4, out./nov./dez. 2009.
- ALVES, R. N. B. Desenvolvimento local: alternativas de produção sustentável para pequenos municípios da Amazônia Brasileira. **Embrapa Amazônia Oriental**. Belém, 2007.
- AMOSC. **Municípios da AMOSC**. Disponível em: <http://www.amosc.org.br/home/>?. Acesso em: 20 jul. 2017.
- ATLAS BRASIL. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- BEGNIS, H. S. M.; AREND, S. C.; ESTIVALETE, V. F. B. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 52, n. 1, p. 99-116, 2014.
- BLUMENAU. Blumenau 2050 – Cidade de Blumenau. **Revista de Divulgação do Programa de Desenvolvimento Urbano de Blumenau**. Ano 1, n.1. Jun. 2008.
- BUBANS, C. S. et al. A importância do cooperativismo para o desenvolvimento regional. **Revista de Iniciação Científica dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis**, Santa Rosa: Faculdades Integradas Machado de Assis, ano 3, n. 1, p. 28-38, jan./jun. 2013.
- BÜTTENBENDER, P. L. et al. O cooperativismo e as contribuições para o desenvolvimento regional. In: Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo - EBPC, 2010, Brasília, **Anais...** 2010.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.
- CAPELLO, R. Location, regional growth and local development theories. **Aestimum**, v. 58, p. 1–25, 2011.
- CHAVES, G. N. **Cooperativismo e desenvolvimento local**: análise da cooperativa agrícola dos produtores de mandioca de São Felipe/BA. 2010. Dissertação, 178f. (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional), UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2010.
- COOKE, P. & LEYDESDORFF, L. Regional development in the knowledge-based economy: the construction of advantage. **Journal of Technology Transfer**, 31, 2006.
- DENARDI, R. A. et al. Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná. **EMATER – PR**, Curitiba, 2000.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 1999.
- ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, maio/ago. 2007.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2006.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **The sustainability assessment of food and agriculture systems (SAFA) guidelines** - Version 3.0 Rome: 2014. 268 p.

FORNECK, E.; LUBENOW, A. M. Cooperativismo, modernização agrícola e desenvolvimento econômico no oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian, et al (Orgs). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2017.

GIANEZINI, M. et al. Competitividade, capacidade de inovação e desenvolvimento regional: inter-relações no contexto do agronegócio suinícola no oeste de Santa Catarina. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v. 15, n. 27, p. 16-24, jun. 2013.

GIANEZINI, M. et al. O cooperativismo e seu papel no processo de desenvolvimento local: a experiência das cooperativas agrícolas no médio norte de Mato Grosso. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, ed. 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4a ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002.

GÓMEZ APARICIO, P.. Algunas consideraciones sobre la remuneración del capital social en las sociedades cooperativas. **Revesco - Revista de Estudios Cooperativos**, 2000.

GTZ. **ZOPP, an introduction to the method**. Eschborn. Germany. 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: segunda apuração. Rio de Janeiro. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 jul. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. **Estudos e Pesquisas**. Rio de Janeiro, n. 28. 2011.

ICA – INTERNATIONAL COOPERATIVE ALLIANCE. **What is a cooperative?** Disponível em: <<http://ica.coop/en/what-co-operative>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

IPADES – INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Linhas de pesquisa IPADES: **Desenvolvimento regional e local**. Disponível em: < <http://www.ipades.com.br/desenvolvimento-regional-ipades.php>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Tese, 147f. (Doutorado em Serviço Social). UNESP, Franca. p. 147. 2010.

MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento Regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**. V. 5, n. 2, p. 8-23, 2015.

MARTINEZ, I. B.; PIRES, M. L. L. Cooperativas e Revitalização dos Espaços Rurais: Uma perspectiva empresarial e associativa. **Caderno de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 19. 2002.

MARTINS, F. S.; LUCATO W. C. Structural production factors' impact on the financial performance of agribusiness cooperatives in Brazil. In: **International Journal of Operations & Production Management**. University of British Columbia Library, February 2018.

MATÉ, C.; MICHELETI, T.; SANTIAGO, A. G. Cidades de pequeno porte em Santa Catarina: uma reflexão sobre planejamento territorial. **Revista Políticas Públicas**, v. 3, n. 2, p. 28-47, maio/ago. 2015.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Cooperativismo catarinense cresce 15% em 2016**. 2017. Disponível em: <[http://www.ocb.org.br/noticia/20754/cooperativismo-catarinense-cresce-15-](http://www.ocb.org.br/noticia/20754/cooperativismo-catarinense-cresce-15-em-2016)

[em-2016](http://www.ocb.org.br/noticia/20754/cooperativismo-catarinense-cresce-15-em-2016)> Acesso em: 19 jul. 2017.

OECD - ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Tourism strategies and rural development**. Paris: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.oecd.org/cfe/tourism/2755218.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

POTRICH R.; et al. Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor. **Estudos Sociedade e Agricultura**.25, 1, 208-228, Fev. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO. **Relatório dos dados de movimentação econômica** (não publicado) 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE. **Apresentação 2017**. Disponível em: <http://planaltoalegre.sc.gov.br/> Acesso em: 20 jul. 2017.

RAIHER, A. P. Desenvolvimento econômico de Santa Catarina e a ação do estado. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 4-18, maio/ago. 2013.

REIS, D. dos et al. Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável. **Caderno de Administração**, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v. 14, n. 2, p. 14-24, jul./dez. 2006.

RODRIGUEZ, R. **Painel Cooperativismo e desenvolvimento**. 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. (Notas) 01 ago. 2017.

SCOLARI, D. D. G. Inovação tecnológica e desenvolvimento do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**. V. 15, n. 4, p. 59-73, out./nov./dez. 2006.

SIEBERT, C; SOUZA, L. A. Plano Diretor de Brusque: A participação da Universidade em sua revisão. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário - COBRAC. **Anais...** UFSC. Florianópolis. 18 a 22 de outubro de 1998.

SLAPER, T. F. The long view : New data and method in regional economic development. **Indiana Business Review - IBR**, p. 1–11, 2018.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desarrollo económico local y descentralización: Aproximación a un marco conceptual. **Revista de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**, p. 1–50, 2000.

VRONSKI, M.; OLIMPIO, S. M. Production of the organic cocoa in the amazon: a case study of the Amazon Organic Products Cooperative - COPOAM. **Revista Brasileira de Estratégia**, v. 9, n. 3, p. 351-361, 2016.

WITTMANN, M. L.; DOTTO, D. M. R.; BOFF, V. A. **Desenvolvimento regional**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, cap. 12, p. 319-339.

ZUCATTO, L. C.; FERASSO, M.; EVANGELISTA, M. L. A importância das exportações para o desenvolvimento local da fronteira noroeste do Rio Grande do Sul e do extremo oeste de Santa Catarina – um estudo de caso. In: XI Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. **Anais...** 2008, São Paulo, p. 1-16.

i Grupo focal com gestores de Centenário/RS em 19 jul. 2017.

ii R.B. Presidente de Cooperativa. Entrevista concedida aos autores em 01 ago. 2017.

Contato

Naiane Modri Fuzinatto,
Universidade do Oeste de Santa Catarina
E-mail: aiane.fuzinatto@unoesc.edu.br

Fernanda Elvirita Cassol
Universidade do Oeste de Santa Catarina
Email: fercassoll@gmail.com

Cristiane Batista
Universidade do Oeste de Santa Catarina
Email: cristianebatista161@gmail.com

Rógis Juarez Bernardy,
Universidade do Oeste de Santa Catarina
E-mail: rogis.bernardy@unoesc.edu.br